

ÍNDICE

Prefácio	5
----------------	---

PARTE II O PODER ADMINISTRATIVO E OS DIREITOS DOS PARTICULARES

CAPÍTULO I CONCEITOS FUNDAMENTAIS

§1º O Poder administrativo

1. A separação de poderes	9
2. O poder administrativo: caracterização	18
3. Manifestações do poder administrativo	20
4. Corolários do poder administrativo	28

§ 2º Princípios constitucionais sobre o Poder administrativo

5. Enumeração	31
6. O princípio da prossecução do interesse público ..✓.....	35
7. Idem: o dever de boa administração	38
8. O princípio da legalidade ..✓.....	40
9. Idem: evolução histórica	43
10. Idem: conteúdo, objecto e modalidades	49
11. Idem: excepções ao princípio da legalidade	52

12. Idem: natureza e âmbito do princípio da legalidade	55
13. O princípio do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares	61
14. Idem: a distinção entre direito subjectivo e interesse legalmente protegido	64
15. Idem: alcance da distinção	70
16. O poder discricionário da Administração: preliminares ✓	73
17. Idem: natureza	78
18. Idem: fundamento e significado	84
19. Idem: evolução histórica	88
20. Idem: âmbito	92
21. Idem: limites	94
22. Idem: controlo do seu exercício	97
23. Idem: figuras afins: a) Interpretação de conceitos indeterminados	105
24. Idem, idem: b) Remissão da lei para regras extra-jurídicas	114
25. O princípio da justiça: generalidades	116
26. Idem: o princípio da igualdade	122
27. Idem: o princípio da proporcionalidade ✓	127
28. Idem: o princípio da boa fé ✓	133
29. Idem: o princípio da justiça em sentido estrito	138
30. O princípio da imparcialidade	139

CAPÍTULO II

O EXERCÍCIO DO PODER ADMINISTRATIVO

§1º

Introdução

31. Modos de exercício do poder administrativo	147
--	-----

§2º

O regulamento administrativo

32. Noção	151
33. Espécies	158
34. Distinção entre regulamento e lei	166
35. Distinção entre regulamento e acto administrativo	170
36. Fundamento do poder regulamentar	174

37. Limites do poder regulamentar	178
38. Competência e forma	186
39. Processo de elaboração dos regulamentos	192
40. Publicação	195
41. Vigência dos regulamentos: início	196
42. Idem: modificação e suspensão	196
43. Idem: inderrogabilidade singular	197
44. Idem: termo	199

§3º

O acto administrativo

I

Conceito, natureza e estrutura

45. Origem e evolução do conceito de acto administrativo	203
46. Concepções doutrinárias acerca do conceito de acto administrativo	208
47. Definição de acto administrativo	210
48. Análise da definição: a) Acto jurídico	211
49. Idem: b) Acto unilateral	212
50. Idem: c) Exercício do poder administrativo	214
51. Idem: d) Acto praticado por um órgão administrativo	216
52. Idem: e) Acto decisório	220
53. Idem: f) Acto produtor de efeitos jurídicos numa situação individual e concreta	225
54. Idem, idem: os chamados actos colectivos, plurais e gerais	228
55. Importância do acto administrativo no estudo do Direito Administrativo	232
56. Natureza jurídica do acto administrativo	237
57. Idem: o papel da vontade no acto administrativo	240
58. Estrutura do acto administrativo	242
59. Idem: elementos, requisitos e pressupostos	248
60. Menções obrigatórias do acto administrativo	249

II

Espécies

61. Tipologia dos actos administrativos	253
62. Actos primários: a) Actos impositivos	254

63. Actos primários: b) Actos permissivos	256
64. Idem, idem: as pré-decisões	262
65. Actos secundários	264
66. Actos instrumentais	269
67. Idem: dos pareceres em especial	273
68. Classificações dos actos administrativos	275
69. Idem: a) Quanto ao autor: decisões e deliberações	276
70. Idem, idem: actos simples e complexos	277
71. Idem: b) Quanto aos destinatários: actos singulares, colectivos, plurais e gerais	278
72. Idem: c) Quanto aos efeitos: actos de execução instantânea e actos de execução continuada	278
73. Idem, idem: actos positivos e negativos	279
74. Idem: d) Quanto à respectiva localização no procedimento e hierarquia administrativos: actos definitivos e não definitivos	281
75. Idem: e) Quanto à susceptibilidade de execução administrativa: actos executórios e não executórios	284
76. Idem: articulação entre as duas classificações anteriores	286

III

Procedimento administrativo

77. Noção	288
78. Objectivos da regulamentação do procedimento administrativo ...	292
79. A codificação das normas do procedimento administrativo	294
80. Natureza jurídica do procedimento administrativo	297
81. Princípios fundamentais do procedimento administrativo	300
82. Espécies de procedimentos administrativos	308
83. O procedimento decisório de 1º grau	311
84. A decisão tácita do procedimento	326
85. Idem: natureza jurídica do acto tácito	333
86. O procedimento decisório de 2º grau: remissão	336
87. O procedimento executivo: remissão	336
88. A actuação da Administração pública sem respeito das formas legais do procedimento: o estado de necessidade e a urgência ..	337

IV

Validade, eficácia e interpretação

89. Noções de validade e eficácia	342
---	-----

90. Requisitos de validade do acto administrativo	344
91. Idem: a) Requisitos quanto aos sujeitos	344
92. Idem: b) Requisitos quanto à forma e às formalidades	345
93. Idem, idem: a obrigação de fundamentar	348
94. Idem, idem: a forma	356
95. Idem: c) Requisitos quanto ao conteúdo e ao objecto	358
96. Idem: d) Requisitos quanto ao fim	362
97. Requisitos de eficácia do acto administrativo	363
98. O problema do caso decidido ou caso resolvido	372
99. Interpretação e integração do acto administrativo	376

V

Invalidade

100. Preliminares	380
101. A) A ilegalidade do acto administrativo	381
102. Idem: os vícios do acto administrativo	382
103. Idem: a usurpação de poder	385
104. Idem: a incompetência	387
105. Idem: o vício de forma	389
106. Idem: a violação de lei	390
107. Idem: o desvio de poder	394
108. Idem: cumulação de vícios	396
109. B) Outras formas de invalidade	398
110. Idem: a ilicitude do acto administrativo	398
111. Idem: os vícios da vontade no acto administrativo	399
112. Idem: o problema da invalidade por vícios de mérito	403
113. C) As formas de invalidade: nulidade e anulabilidade	403
114. Idem: a nulidade	404
115. Idem: a anulabilidade	406
116. Idem: âmbito de aplicação da nulidade e da anulabilidade	408
117. Idem, idem: os casos de nulidade	409
118. Idem: nulidade e inexistência do acto administrativo	413
119. Idem: referência à irregularidade	416
120. Idem: cumulação de formas de invalidade	419
121. D) Correspondência entre vícios e formas de invalidade	420
122. E) A sanção de actos administrativos ilegais	421

VI

Extinção e modificação

123. Generalidades	425
124. A revogação	426
125. Figuras afins	428
126. Espécies	431
127. Regime de revogabilidade dos actos administrativos	435
128. Idem: a) Actos insusceptíveis de revogação	436
129. Idem: b) Regime de revogabilidade dos actos válidos	438
130. Idem: c) Regime de revogabilidade dos actos inválidos	450
131. Competência para a revogação	452
132. Forma e formalidades da revogação	459
133. Efeitos jurídicos da revogação	461
134. Da obrigatoriedade de revogação dos actos ilegais	463
135. O fim da revogação	465
136. Natureza jurídica da revogação; o efeito repristinatório	466
137. A suspensão do acto administrativo	470
138. Rectificação do acto administrativo	473
139. Ratificação, reforma e conversão do acto administrativo	475

VII

Execução

140. Generalidades	478
141. Princípios gerais da execução	482
142. Condições da execução	483
143. Fins e formas da execução	489
144. Idem: a) Execução para pagamento de quantia certa	490
145. Idem: b) Execução para entrega de coisa certa	492
146. Idem: c) Execução para prestação de facto	493

§4º

O contrato administrativo

I

Conceito

147. Preliminares	495
-------------------------	-----

148. Origem histórica e razão de ser do contrato administrativo	499
149. Admissibilidade da figura do contrato no direito público	504
150. Âmbito do contrato administrativo: a) Evolução histórica	509
151. Idem: b) Conceito	514
152. Idem: c) Utilização da figura do contrato administrativo	520

II

Espécies

153. Principais espécies de contratos administrativos	523
154. Empreitada de obras públicas	523
155. Concessão de obras públicas	531
156. Concessão de serviços públicos	537
157. Concessão de exploração do domínio público	542
158. Concessão de uso privativo do domínio público	544
159. Concessão de exploração de jogos de fortuna ou azar	545
160. Fornecimento contínuo	550
161. Prestação de serviços para fins de imediata utilidade pública ...	550
162. Outras espécies de contratos administrativos	555
163. Classificações dos contratos administrativos	556

III

Regime Jurídico

164. Preliminares	565
165. A) Formação do contrato administrativo: a) Direito Comunitário	565
166. Idem: b) Princípios gerais	574
167. Idem: c) Regime procedimental	585
168. Idem, idem: procedimento preparatório do contrato	586
169. Idem, idem: escolha do co-contratante	592
170. Idem: d) Forma do contrato administrativo	602
171. Idem: e) Invalidade do contrato administrativo	604
172. Idem: f) Interpretação do contrato administrativo	608
173. B) Execução do contrato administrativo: a) Poderes da Administração	614
174. Idem, idem: poder de modificação unilateral	616
175. Idem, idem: poder de direcção da execução	630
176. Idem, idem: poder de fiscalização da execução	632
177. Idem, idem: poder sancionatório	633

178. Idem: b) O caso imprevisto; a revisão de preços	635
179. C) Extinção do contrato administrativo: generalidades	644
180. Idem: a) Rescisão-sanção	647
181. Idem: b) Resgate	649
182. Idem: c) Caso de força maior	652
183. D) Contencioso dos contratos administrativos: nótula e remissão	653

FIM DO VOLUME II